

PARTE I

O ACESSO À INFORMAÇÃO NO QUADRO DE DESENVOLVIMENTO DOS ARQUIVOS EM PORTUGAL

Tendo surgido naturalmente, devido à necessidade de conservação de elementos probatórios de actos jurídicos e administrativos, os arquivos não se limitam, contudo, a ser depósitos de testemunhos materiais. Na verdade, é-lhes inerente, desde as origens, a função *serviço/uso* que viabiliza o acesso aos documentos e à informação neles contida, ou seja, aos testemunhos conservados. A problemática do acesso à informação nos arquivos, actualmente muito debatida pela comunidade dos arquivistas e muito valorizada pelo facto de vivermos na chamada “sociedade da informação”, não é, de modo algum, um aspecto que só recentemente seja equacionado. Desde que há arquivos que se procura aceder ao seu conteúdo informativo e, com meios mais ou menos desenvolvidos, se criam instrumentos para permitir tal acesso.

Reflectir e teorizar, hoje, sobre esta matéria sem um conhecimento fundamentado do modo como, ao longo do tempo, o acesso aos arquivos se foi processando, como evoluiu e se complexificou, parece-nos uma atitude incorrecta do ponto de vista científico, já que as perspectivas actuais decorrem, necessariamente, de desenvolvimentos passados e assentam em princípios e práticas consagrados. Todo o património epistemológico empírico acumulado é um elemento fundamental para se objectivar um verdadeiro conhecimento arquivístico, como base de qualquer estudo científico.

Nesta perspectiva, decidimos estudar as questões relacionadas com o acesso à informação nos arquivos numa linha de diacronia. Por óbvias razões de ordem prática, escolhemos como base de trabalho a realidade dos arquivos portugueses, conscientes, contudo, de que eles espelham acima de tudo a nossa tradição administrativa que, embora possa ser comparável à de outros países da Europa Ocidental, tem, naturalmente, diferenças em relação ao Leste Europeu e, mais ainda, face à realidade de outros continentes e de outras culturas. Estas limitações não põem em causa, quanto a nós, a validade do estudo desenvolvido, tanto mais que ele constitui um contributo original para a Arquivística portuguesa, a qual se debate com uma absoluta falta de investigação e de trabalhos de síntese nas mais diversas vertentes. Além disso, pelo que se sabe da realidade de outros países, verifica-se que há muitos pontos comuns com o que

nos foi dado conhecer para Portugal, pelo que esperamos que este trabalho possa tornar-se uma útil base de referência para idênticas análises em contextos diversos.

Não existe uma história dos arquivos em Portugal e o que está publicado sobre o assunto não passa de estudos dispersos e fragmentários sobre um ou outro arquivo em particular. Isto não nos autoriza, porém, a dizer que é parca a literatura sobre os arquivos portugueses, como seríamos facilmente levados a pensar se atendêssemos ao escasso número de publicações que, ao longo dos anos, se têm dedicado especificamente a questões arquivísticas. A recolha de informação a que procedemos veio precisamente demonstrar que existem escritos em número bastante significativo sobre os arquivos em Portugal.¹ O período entre 1887 (ano de criação da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos) e o início dos anos 50 (altura em que António Ferrão deixou de exercer funções à frente daquele organismo) é particularmente rico no que respeita a trabalhos publicados em edições dedicadas a esta área específica. Mas não podemos avaliar a produção de literatura arquivística apenas pelas publicações especializadas e de carácter monográfico. Em revistas de temáticas variadas (história em geral, história local e regional, municipalismo, cultura portuguesa, bibliografia e bibliotecas, arqueologia, heráldica e genealogia, assuntos eclesiásticos, etc.) podemos encontrar trabalhos de enorme interesse para o conhecimento dos arquivos portugueses. E em jornais de carácter informativo (diários e semanários) ou nos seus suplementos culturais também existem alguns artigos respeitantes aos principais arquivos do país.

Após o levantamento bibliográfico que efectuámos, não receamos afirmar que há dados bastante consideráveis para a elaboração de sínteses consistentes no que respeita à história dos arquivos portugueses. Além dos trabalhos publicados, existem também informações preciosas no acervo documental dos mais antigos arquivos, que ajudam à reconstituição da sua história individual e, naturalmente, são importantes para integrar estudos de âmbito mais alargado, numa procura das linhas de evolução dos arquivos, em termos gerais.

¹ A lista de referências bibliográficas apresentada no final desta dissertação é bem elucidativa sobre a quantidade de trabalhos publicados e a variedade das edições em que estão incluídos.

A nossa variável de investigação centra-se num aspecto específico da Arquivística, pelo que não cabe neste projecto a síntese histórica global. Embora procuremos traçar uma visão diacrónica sobre a generalidade dos arquivos portugueses - essencial, quanto a nós, para contextualizar devidamente a problemática em estudo - aprofundamos a análise, tanto quanto os dados disponíveis no-lo permitiram, no que toca às questões do acesso à informação. As fontes de referência que consultámos e que de nos servimos para traçar o quadro de desenvolvimento dos arquivos portugueses poderão contribuir para que outros se entusiasmem com a investigação arquivística de tipo retrospectivo, com vista a uma história geral dos nossos arquivos.

De acordo com a perspectiva que definimos para o nosso trabalho, debruçamo-nos, em particular, sobre os instrumentos destinados a possibilitar o acesso à informação. Não é nosso objectivo, nesta visão diacrónica, precisar conceitos e discutir questões terminológicas, pois isso será matéria para a parte seguinte. Assim, designamos genericamente por *instrumentos de acesso* todos os que permitem identificar, localizar e recuperar informação. É certo que alguns deles são construídos especificamente para pesquisa, incluindo elementos próprios para tal fim e que outros apenas têm intenção de inventariar para efeitos de mero controlo físico. Mas as diferenças entre os vários instrumentos, as suas características, os elementos constituintes, as designações apropriadas serão objecto de estudo mais adiante. Aqui apenas nos interessa dar a conhecer os vários meios utilizados para aceder à informação e, a propósito dos diferentes casos, realçar o que, do ponto de vista arquivístico, nos pareceu digno de registo, pela importância prospectiva que veio a ter.

A estrutura que escolhemos para esta primeira parte tem por preocupação evidenciar o que de mais significativo ocorreu durante três períodos de tempo alargado, mas com grande homogeneidade. A divisão adoptada não corresponde à tradicional separação em épocas históricas, pois entendemos que as alterações mais significativas não coincidem com as clássicas “quebras” entre a Idade Média e a Época Moderna e entre esta última e a Época Contemporânea. Consideramos, sim, que o processo de evolução dos arquivos portugueses se fez

numa linha de continuidade até à instauração do regime liberal, se alterou profundamente durante todo o século XIX e sofreu novas modificações durante este século, reforçando-se a perspectiva tecnicista até à actualidade.

Na primeira fase que delimitamos, - a qual vai desde as mais remotas origens dos arquivos até ao fim do Antigo Regime - procuramos assinalar os aspectos ligados à génese e desenvolvimento dos diferentes tipos de arquivos: o arquivo central do Estado (Torre do Tombo) e outros arquivos da administração central, os arquivos municipais, outros arquivos da administração pública e os arquivos privados (eclesiásticos e laicos). Das fontes consultadas valorizamos, especialmente, as referências a instrumentos de acesso à informação e as preocupações relativas à sua elaboração, embora não abundem os elementos informativos sobre o assunto. A quantidade de material recolhido e o grande desconhecimento que existe sobre a realidade dos arquivos portugueses, no período em que se constituíram e consolidaram, levaram-nos a considerar importante o aprofundamento do estudo, como forma de proporcionar uma visão de conjunto sobre a matéria. Procuramos fazer a síntese de trabalhos parcelares, relacionando, comparando e integrando no seu contexto social e político, situações, processos e atitudes que, de alguma forma, explicam a linha evolutiva dos arquivos.

Numa segunda fase - que corresponde, *grosso modo*, ao século XIX, após a instauração do liberalismo - tentamos mostrar como as várias estruturas sistémicas que se haviam criado e consolidado durante alguns séculos vão sofrer, mercê de interesses alheios, alterações de fundo e, em muitos casos, desagregações irremediáveis. O modelo de influência francesa vai impor-se e acarretar consequências desastrosas para os próprios arquivos. Apesar disto, mantem-se, em algumas situações, uma continuidade dos sistemas antes surgidos e as suas características essenciais. A função serviço/uso é reforçada com o aparecimento da figura do arquivo especializado e, em termos do acesso à informação, há um esforço muito considerável.

Na última fase - desde finais do século XIX até à actualidade - afirma-se inequivocamente uma perspectiva mais técnica e, em consequência, também se

valoriza muito mais a questão dos meios de acesso à informação. O período de apatia que se abateu sobre os arquivos portugueses desde o pós-guerra até aos anos 80, contribuiu para que a elaboração de instrumentos de acesso e de pesquisa acabasse por ser deixada, em grande parte, a cargo de pessoas interessadas em utilizar os arquivos como fontes de informação (especialmente historiadores). O alheamento dos arquivistas nesta matéria favoreceu o aparecimento de trabalhos absolutamente anti-arquivísticos, uma vez que não conseguiam uma representação adequada da real estrutura orgânica dos arquivos inventariados ou catalogados. A renovação arquivística iniciada há cerca de dez anos tem tido particular expressão precisamente através dos meios de acesso à informação, sendo notória a quantidade de publicações que nos últimos tempos têm surgido com vista a disponibilizar a informação dos arquivos portugueses.

